



PROCESSO Nº TST-RR-1000129-18.2019.5.02.0009

A C Ó R D ã O
(Ac. 3ª Turma)
GMALB/pc/AB/vl

RECURSO DE REVISTA. PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL. QUITAÇÃO. ALCANCE. ARTS. 855-B E SEQUENTES DA CLT. Não havendo, nos autos, registro de descumprimento dos requisitos de validade do negócio jurídico e dos requisitos formais previstos no art. 855-B da CLT ou, ainda, indícios de lide simulada ou de desvirtuamento do instituto da transação, não há óbice à homologação integral do acordo firmado entre partes, com quitação integral do contrato de trabalho extinto. Recurso de revista conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº **TST-RR-1000129-18.2019.5.02.0009**, em que é Recorrente **BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** e Recorrido **LEANDRO LEAL LEITE**.

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo acórdão de fls. 130/132-PE, negou provimento ao recurso ordinário da reclamada.

Inconformada, a BV Financeira S.A interpõe recurso de revista, com esteio nas alíneas **a** e **c** do art. 896 da CLT (fls. 136/146).

O apelo foi admitido pelo despacho de fls. 152/154. Sem contrarrazões.

Os autos não foram encaminhados ao d. Ministério Público do Trabalho (RI/TST, art. 95).

É o relatório.

V O T O



PROCESSO Nº TST-RR-1000129-18.2019.5.02.0009

Tempestivo o apelo (fl. 158-PE), regular a representação, pagas as custas (fls. 100/101-PE) e desnecessário o depósito recursal, estão preenchidos os pressupostos genéricos de admissibilidade.

1 - PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL. QUITAÇÃO. ALCANCE. ARTS. 855-B E SEQUENTES DA CLT.

1.1 - CONHECIMENTO.

O Regional, quanto à matéria, negou provimento ao recurso ordinário da parte, aos seguintes fundamentos transcritos e destacados em razões de revista (fls. 138/139-PE):

“A petição inicial noticiadora do acordo extrajudicial celebrado entre as partes, distribuída à MM 9ª Vara do Trabalho de São Paulo, e posteriormente encaminhada ao CEJUSC-JT (fls. 77), veio regularmente assinada pela própria empregada e pelos advogados dessa trabalhadora e da empregadora. Tal circunstância demonstra o prévio consenso havido entre os requerentes, quanto às condições detalhadamente ajustadas e apresentadas à chancela desta Justiça Especializada.

O acordo extrajudicial entabulado exhibe o valor total de R\$ 53.538,00 (fl. 7), pago em parcela única, a título de indenização complementar à rescisão, conforme discriminação de fls. 82.

A despeito da concordância manifestada pela autora aos termos do Acordo, ao ensejo da audiência de conciliação (fl. 96), comungo do entendimento exarado em 1º grau, no sentido de que a homologação de Acordo não enseja a quitação integral do extinto contrato de trabalho.

O artigo 855-D da CLT é expresso ao determinar que "o juiz analisará o acordo", não sendo cabível entender que incumbe ao Judiciário apenas a função homologatória.

Observe-se, por oportuno, o disposto no artigo 723, parágrafo único, do CPC/2015, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho: "o juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente e oportuna", o que pode ser tanto o acolhimento quanto a rejeição do requerimento das partes.



PROCESSO Nº TST-RR-1000129-18.2019.5.02.0009

De outro lado, estabelece o artigo 843 do Código Civil: "a transação interpreta-se restritivamente, e por ela não se transmitem, apenas se declaram ou reconhecem direitos".

Aplico, ademais, a disposição do artigo 515, inciso II e parágrafo 2º do CPC, como bem destacado pelo MM Juízo de 1º grau, no sentido que a homologação com quitação integral refere-se apenas à composição judicial. Nego provimento.”

O recorrente defende que o acordo seja homologado de forma integral, em especial no que diz respeito à quitação total das verbas decorrentes do contrato de trabalho. Aponta violação dos arts. 5º, II e XXXVI, da Constituição Federal, 855-B e E, e 769 da CLT, 15 e 515, II, e §2º, do CPC e 104, 840 e 843 do Código Civil. Maneja divergência jurisprudencial.

À análise.

Na hipótese dos autos, discute-se o alcance da quitação firmada em acordo extrajudicial, submetido à homologação judicial, nos termos dos artigos 855-B ao 855-E da CLT, incluídos pela Lei 13.0467/2017.

No caso concreto, o Tribunal Regional manteve a sentença que homologou parcialmente o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, destacando que a transação firmada não enseja a quitação integral e irrestrita do extinto contrato de trabalho.

No caso, restou consignado que “as partes atenderam aos requisitos legais para o pedido de homologação do acordo extrajudicial que firmaram, quais sejam, objeto lícito, possível, determinado, bem como a capacidade dos agentes” e que “A petição inicial noticiadora do acordo extrajudicial celebrado entre as partes, distribuída à MM 9ª Vara do Trabalho de São Paulo, e posteriormente encaminhada ao CEJUSC-JT (fls. 77), veio regularmente assinada pela própria empregada e pelos advogados dessa trabalhadora e da empregadora. Tal circunstância demonstra o prévio consenso havido entre os requerentes, quanto às condições detalhadamente ajustadas e apresentadas à chancela desta Justiça Especializada”.

Não havendo, nos autos, registro de descumprimento dos requisitos de validade do negócio jurídico e dos requisitos formais previstos no art. 855-B da CLT ou, ainda, indícios de lide simulada ou de desvirtuamento do instituto da transação, não há óbice à homologação



PROCESSO Nº TST-RR-1000129-18.2019.5.02.0009

integral do acordo firmado entre partes, com quitação integral do extinto contrato de trabalho.

Neste sentido, cito os seguintes precedentes desta Corte:

"I) AGRAVO DE INSTRUMENTO - ACORDO EXTRAJUDICIAL HOMOLOGADO EM JUÍZO - PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA - ARTS. 855-B A 855-E DA CLT - QUITAÇÃO GERAL - TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA - PROVIMENTO. Dá-se provimento ao agravo de instrumento que trata do alcance da quitação passada em acordo extrajudicial a ser homologado pela Justiça do Trabalho, por possível violação do art. 5º, XXXVI, da CF, e por tratar-se de matéria nova, inserida pela Lei 13.467/17 na CLT, nos arts. 855-B ao 855-E, configurando a transcendência jurídica da causa. Agravo de instrumento provido. II) RECURSO DE REVISTA - ACORDO EXTRAJUDICIAL HOMOLOGADO EM JUÍZO - PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA - ARTS. 855-B A 855-E DA CLT - QUITAÇÃO GERAL - VIOLAÇÃO DO ART. 5º, XXXVI, DA CF - PROVIMENTO. 1. Problema que sempre atormentou o empregador foi o relativo à rescisão do contrato de trabalho e da quitação dos haveres trabalhistas, de modo a não permanecer com a espada de Dâmocles sobre sua cabeça. 2. A ineficácia prática da homologação da rescisão contratual do sindicato, em face do teor da Súmula 330 do TST, dada a não quitação integral do contrato de trabalho, levou a SBDI-2 desta Corte a não reputar simulada a lide visando à homologação de acordo pela Justiça do Trabalho, pois só assim se conseguiria colocar fim ao conflito laboral e dar segurança jurídica às partes do distrato (cfr. TST-ROAR-103900-90.2005.5.04.0000, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DEJT de 12/09/08). 3. Para resolver tal problema, a Lei 13.467/17, em vigor desde 11/11/17, instituiu o procedimento de jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho atinente à homologação, em juízo, de acordo extrajudicial, nos termos dos arts. 855-B a 855-E da CLT, juntamente com o fito de colocar termo ao contrato de trabalho. 4. Da simples leitura dos novos comandos de lei, notadamente do art. 855-C da CLT, extrai-se a vocação prioritária dos acordos extrajudiciais para regular a rescisão contratual e, portanto, o fim da relação contratual de trabalho. Não fosse a possibilidade



PROCESSO Nº TST-RR-1000129-18.2019.5.02.0009

da quitação geral do contrato de trabalho com a chancela do Judiciário e o Capítulo III-A não teria sido acrescido ao Título X da CLT, que trata do Processo Judiciário do Trabalho. 5. Curial, ainda, trazer à baila, que a ideia que indelevelmente adere ao acordo extrajudicial é a de que, retirada uma das cláusulas que o compõem, a parte a quem ela favoreceria não faria o acordo. A alternativa que caberia ao Judiciário, portanto, seria a homologação integral ou a rejeição da proposta, se eivada de vícios. Tal entendimento resta corroborado pelo STF quanto à circunstância de a validade do acordo depender da homologação integral ou de sua rejeição total, não podendo ser balanceado pelo Poder Judiciário (Voto do Min. Teori Zavascki no leading case STF-RE 590.715/SC, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 29/05/15). 6. Nesse sentido, o art. 855-B, §§ 1º e 2º, da CLT, que trata da apresentação do acordo extrajudicial à Justiça, a par dos requisitos gerais de validade dos negócios jurídicos que se aplicam ao direito do trabalho, nos termos do art. 8º, § 1º, da Lei Consolidada e que perfazem o ato jurídico perfeito (CC, art. 104 - agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não vedada por lei), traçou as balizas para a apresentação do acordo extrajudicial apto à homologação judicial: petição conjunta dos interessados e advogados distintos, podendo haver assistência sindical para o trabalhador. 7. A petição conjuntamente assinada para a apresentação do requerimento de homologação ao juiz de piso serve à demonstração da anuência mútua dos interessados em por fim ao contratado, e, os advogados distintos, à garantia de que as pretensões estarão sendo individualmente respeitadas. Assim, a atuação do Judiciário Laboral na tarefa de jurisdição voluntária é binária: homologar ou não o acordo. Não lhe é dado substituir-se às partes e homologar parcialmente o acordo, se este tinha por finalidade quitar integralmente o contrato de trabalho extinto. Sem quitação geral, o empregador não proporia o acordo, nem se disporia a manter todas as vantagens nele contida. 8. No caso concreto, o Regional, mantendo a sentença, assentou que a ausência de discriminação das parcelas às quais os Acordantes conferiam quitação geral e irrestrita e extinguiriam o contrato de trabalho, feria o princípio da boa-fé e lealdade, registrando, todavia, o cumprimento dos requisitos do art. 855-B da CLT e daqueles gerais estatuídos pela lei civil para a celebração de negócios em geral. 9. Assim, a conclusão acerca da invalidade, total ou parcial, do pacto extrajudicial, por



PROCESSO Nº TST-RR-1000129-18.2019.5.02.0009

ausência de verificação de concessões mútuas e discriminação de parcelas diz menos com a validação extrínseca do negócio jurídico do que com a razoabilidade intrínseca do acordo, cujo questionamento não cabe ao Judiciário nesse procedimento, pois lhe esvazia o sentido e estabelece limites e discussões não queridos pelos Requerentes ao ajuizar o procedimento. 10. Ora, estando presentes os requisitos gerais do negócio jurídico e os específicos preconizados pela lei trabalhista (CLT, art. 855-B), não há de se questionar a vontade das partes envolvidas e do mérito do acordo, notadamente quando a lei requer a presença de advogado para o empregado, rechaçando, nesta situação, o uso do jus postulandi do art. 791 da CLT, como se depreende do art. 855-B, § 1º, da CLT. 11. Assim, a não homologação integral do acordo, quando atendidos todos os requisitos legais, fere de morte o art. 5º, XXXVI, da CF, que protege o ato jurídico perfeito frente aos arrepanhos da lei, quanto mais das decisões judiciais. 12. Assim sendo, é válido o termo de transação extrajudicial apresentado pelos Interessados, com quitação geral e irrestrita do contrato havido nessas condições, que deve ser homologado. Recurso de revista provido." (RR-95-88.2018.5.10.0812, 4ª Turma, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DEJT 23.10.2020).

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. O propósito da Lei nº 13.467/17, ao inserir os arts. 855-B a 855-E na CLT consiste em permitir a homologação judicial de transações extrajudiciais (concessões recíprocas) acerca das verbas decorrentes da extinção do contrato de trabalho, as quais poderão prever, inclusive, cláusula de quitação geral e irrestrita do contrato de trabalho. No entanto, como se depreende do art. 855-D, não cria a obrigação de o juízo homologar todo e qualquer acordo extrajudicial proposto pelas partes, notadamente quando não demonstrada a existência de concessões recíprocas ou, ainda, identificar vício de vontade ou ofensa ao ordenamento jurídico. Neste contexto, cabe, tão somente, ao Poder Judiciário homologar ou rejeitar integralmente o acordo apresentado neste procedimento de jurisdição voluntária. Assim, se não cabe ao Poder Judiciário tornar-se um mero "homologador" de acordos em que se identifica violação a dispositivos legais ou, ainda, vícios de consentimento das partes



PROCESSO N° TST-RR-1000129-18.2019.5.02.0009

(tendo como norte o princípio da proteção, que cerca as relações de trabalho), não deve, da mesma forma, modular seus efeitos, à revelia da vontade das partes. Dessa forma, no caso concreto, não havendo registros no acórdão regional de descumprimento dos requisitos de validade do negócio jurídico e dos requisitos formais previstos no art. 855-B da CLT ou, ainda, indícios de prejuízos ao trabalhador ou vícios na vontade por ele manifestada, não há óbice à homologação do acordo entabulado entre as partes, nos seus próprios termos. Agravo provido." (Ag-RR-1000201-34.2019.5.02.0064, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 27.11.2020).

Em razão do exposto, verifico que o recurso de revista merece conhecimento, por ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

Reconhecida a transcendência da matéria, passo ao exame do mérito.

1.2 - MÉRITO.

Conhecido o apelo, por ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, dou-lhe provimento, para reconhecer a validade do acordo extrajudicial firmado pelas partes e homologá-lo, sem quaisquer ressalvas.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por maioria, conhecer do recurso de revista, por violação do art. art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reconhecer a validade do acordo extrajudicial firmado pelas partes e homologá-lo, sem quaisquer ressalvas.

Brasília, 16 de junho de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALBERTO BRESCIANI
Ministro Relator